



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 074.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1989.

QUARTA FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (35).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Paulino José Delazeri e Vera Agibert (18). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Pedro Tonelli requer a verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

23 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 3/89-PGJ

Senhor Presidente.

Com a mais elevada honra e consideração encaminho a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do artigo 127 da Constituição Federal e do § 2º do artigo 114 da Constituição do Estado do Paraná, o incluso Projeto de Lei, em consonância com a Mensagem 75/89 do Poder Executivo Estadual, anteriormente encaminhada a essa Casa de Leis, que visa reajustar, a partir de 1º de novembro de 1989, a título de antecipação, os níveis de vencimentos de cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado. Objetiva, ainda, reajustar o valor das gratificações de produtividade, de representação de gabinete, salário-família e dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

O encaminhamento do presente, tem por finalidade precípua manter a remuneração dos servidores auxiliares do Ministério Público em níveis justos e atualizados, aplicando-se, também, quanto a estes, o que dispõe os artigos 37, inciso XII e 27, inciso XII, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual.

Certo da acolhida, apoio e aprovação desta proposição nessa Augusta Assembléia Legislativa, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ CREMIM GUIMARÃES
Procurador Geral de Justiça

PROJETO DE LEI 273/89

Dispõe sobre o reajuste dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado

do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1º de novembro de 1989.

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 1º de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento).

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Apresentação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T.

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 4º - A remuneração mensal dos servidores auxiliares do Ministério Público, da Procuradoria Geral de Justiça, terá como limite máximo a partir de 1º de novembro de 1989, o valor de NCz\$ 8.093,75 (oito mil, noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 5º - Para efeitos desta lei, deduzida parcela de contribuição compulsória para entidades previdenciárias, remuneração é a soma de valores percebidos em espécie, a qualquer título, excluídos:

I - diárias;

II - décimo terceiro salário;

III - adicional de férias;

IV - adicional por tempo de serviço, até 35% (trinta e cinco por cento); e

V - indenizações decorrentes de rescisões de contratos de trabalho.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.
Senhor Procurador.

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem nº 03/89-PGL, dessa Procuradoria, que em consonância com a Mensagem 75/89 do Poder Executivo, reajusta a partir de 1º de novembro os vencimentos dos Servidores da Procuradoria Geral da Justiça, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) Anibal Khury
Presidente

À Diretoria Legislativa.

Indicação.

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos indicar o Deputado Luciano Pizatto, para titular e membro das Comissões, em substituição ao ex-Deputado Nestor Baptista.

Nada mais havendo a tratar, no ensejo, renovamos os protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) ACIR MEZZADRI

Vice-Líder da Bancada do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2159

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja colocado em regime de urgência o Projeto de Lei de nº 260/89.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2171

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei de nº 266/89, 267/89 e Resolução nº 59/89.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução nº 41/89.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2166

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após consultado o Plenário, a retirada da Ordem do Dia de

hoje, por três sessões, do Projeto de Lei n° 192/89, oriundo da Mensagem do Executivo n° 059/89.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, Sabino Campos, Pirajá Ferreira e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Até aqui, a Lei n° 5944/69 enseja que, no cômputo do tempo que propicia a promoção dos oficiais da PM do Estado, se inclua o lapso de Praça, compreendido entre a admissão à Corporação e o ingresso à Escola de Oficiais.

A mensagem em tela pretende alterar estes parâmetros, restringindo o início da contagem de tempo, somente a partir da conclusão do Curso de Oficial tornando, para os efeitos de ascensão, inexistente o período prático que se desenvolve na rotina das ruas.

Não obstante a Douta Comissão de Justiça desta Casa ter expedido parecer pela Constitucionalidade da Mensagem, é imperativo que se observe os reflexos que a matéria opõe ao direito adquirido daqueles que contam com o tempo de Praça para ascenderem na hierarquia da PM Estadual.

O que em todos os segmentos privados é condição prévia para a realização de prerrogativas, pelo candal de experiências que oferece ao desempenho de atividades mais graduadas, neste caso, essa experiência que complementa e embasa os ensinamentos da Escola de Polícia, fica relegada ao descaso.

Tanto pelo fato, quanto pelo direito, é sólido, a Mensagem enseja reparos. Eis, então, uma providência que requer a nossa aberta disposição para que, ao invés de consagrarmos o direito, não edifiquemos uma injustiça.

REQUERIMENTO N° 2161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 227/89, que altera o Parágrafo Único dos Artigos 124 e 126, da Lei N° 7.051/78 de 04 de dezembro de 1978.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Carmelita de Lara Bello, ocorrido em 11.10.89, na cidade de Cleve-

lândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 83 anos faleceu, em Clevelândia, a Senhora Carmelita de Lara Bello, que deixou viúvo o Senhor Moisés de Toledo Bello, e os filhos: Arisoli, Araújo, José Laertes, Darci, Maria de Lourdes e Dilma da Luz, 21 netos e 16 bisnetos.

A extinta pertencia a tradicional família de Clevelândia.

O desaparecimento da Senhora Carmelita veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como do seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bello, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Estadual, Edmar Luiz Costa, ocorrido no dia 17 p.p. nesta Capital.

O ilustre Parlamentar, deixou um exemplo de respeitabilidade perante seus eleitores, quando mesmo doente desde o começo do ano, compareceu a todas as sessões da Constituinte, quando não estava internado, vindo também a assinar a Constituinte, sendo, por este exemplo, aplaudido de pé pelos seus Pares.

Membro de tradicional família pontagrossense, seu passamento vem consternar, não só sua família onde deixa profunda lacuna, mas também entre seus amigos e Correligionários.

REQUER, também, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2162

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Walmor Senger, na cidade de Francisco Beltrão, onde residia. Requer-se, ainda, que desse ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Jovem ainda, Walmor Senger mudou sua residência do Estado do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná. Da cidade de Guaporé, onde nasceu, mudou-se para Pato Branco e, pouco tempo depois para Francisco Beltrão para cumprir o seu Serviço Militar, ali permanecendo depois da baixa. Empregando-se na empresa do industrial José Edair da Rosa, ajudou a implantar e solidificar a fabricação de insumos agrícolas - rações para animais, conquistando a gerência administrativa da firma, cargo que ocupou até o seu passamento. Competência e dedicação foram a tônica de sua vida profissional, conquistando sólidas amizades, respeito e abrindo com sua morte, uma lacuna imperecível, fazendo jus à homenagem ora proposta.

REQUERIMENTO N° 2164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Deputado Edmar Luiz Costa, ocorrido na data de ontem; que deste requerimento seja dada ciência à família enlutada, sito à rua Euzébio da Motta 47.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Edmar Luiz Costa, nasceu em Wenceslau Brás, a 11 de julho de 1942. Desenvolveu sua vida profissional basicamente em Ponta Grossa. Exerceu advocacia e foi professor de Direito Civil na Universidade Federal de Ponta Grossa. Em 1982, foi eleito Deputado Estadual e teve sua reeleição em 1986. Teve destacada atuação quando por diversas vezes participou das diversas Comissões da Assembléia Legislativa. No PDC, exercia de maneira responsável o seu papel de oposição, motivo pelo qual era respeitado por todos os seus colegas Parlamentares. Constituinte assíduo, mesmo debilitado, fez questão de assinar a Constituinte Estadual que ajudou a elaborar. O Paraná reconheceu seu talento e brilhante trabalho, quando o aplaudiu de pé através dos Parlamentares e presentes, na promulgação da Carta Magna no dia 5 de outubro de 1989.

REQUERIMENTO N° 2093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Senhor Pedro Goedert, Vice Prefeito de Ivaiporã, por ter sido o mesmo eleito Presidente da VICEPAR - Associação dos Vice Prefeitos do Paraná, Microrregião VIII.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Presidente Pedro Goedert, através de correspondência encaminhada para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Ivaiporã - Praça dos 3 Poderes, S/N - CEP 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que, após consultado o Plenário, seja expedido "voto de congratulações" ao Ilustríssimo Senhor Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Regional da Legião Brasileira de Assistência - LBA do Paraná, pelos relevantes serviços sociais, que a sua liderança, esse órgão vem dispensando às comunidades carentes do nosso Estado, de forma a minimizar o quadro das carências materiais que assola, nesta quadra, sensíveis parcelas de nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Mais do que o mero tirocínio administrativo, a trajetória da atuação da LBA do Paraná vem cumprindo, com inusitada sensibilidade, os elevados objetivos sociais que nortearam a sua criação.

A complexidade da vida moderna, mais do que a visão tecnocrata que se ensaia nos Gabinetes oficiais, têm demonstrado acurado espírito público e criteriosa opção de prioridades, que conciliem a circunstancial exiguidade dos recursos do Governo às necessidades mais prementes da sociedade.

É a desenvoltura e a harmônica atuação do congratulado, dentro desses parâmetros ideais, que fazem a LBA o importante e imprescindível instrumento de atuação social, que nos merece, desta Casa, o mais vivo reconhecimento.

É lição da vida que, nas grandes coisas, os homens se mostram como lhes convém mostrar-se; nas pequenas, porém, mostram-se como são.

É do curso marcante das numerosas pequenas obras que vêm sendo realizadas pela LBA, nesta gestão do homenageado, que nos inspira o "voto de congratulações" em tela.

REQUERIMENTO N° 2153

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de louvor, ao Ilustríssimo Senhor Virgílio Castelo Branco, MD. Diretor das Indústrias Klabin de Papel e Celulose do Paraná, pelo esforço desta empresa na recuperação do Rio Tibagi.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATO

JUSTIFICATIVA:

O programa de Redenção do Rio Tibagi - PR, executado pelo Governo do Paraná, Prefeituras e Comunidade, só se viabilizou com a participação efetiva das Indústrias Klabin do Paraná, com aporte de recursos, demonstrando o espírito da verdadeira livre iniciativa que dignifica nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 2163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, voto de louvor, pela passagem do "Dia do Médico"; que deste requerimento seja dado ciência à Associação Médica do Paraná, através do seu Presidente, Doutor José Elias Alex Neto, à Avenida Cândido Xavier n° 601, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LUIS CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2141

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a remessa, de imediato, de exemplares da nova Constituição do Estado a todos os Prefeitos e Vereadores do Paraná, a fim de que possam ter subsídios para a elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios, cujo prazo já começou a correr.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2149

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, vem sugerir à douta Comissão Executiva seja formado um grupo de trabalho composto por Deputados e representantes dos Poderes Judiciário e Executivo, bem como do Ministério Público, convidados para integrá-lo, com a finalidade de elaborar anteprojeto de lei complementar dispendo sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, na forma do parágrafo único do artigo 63 da nova Constituição do Estado.

Nossa sugestão parte do princípio constitucional de que a iniciativa das leis não é mais privativa do Chefe do Po-

der Executivo ou dos Parlamentares.

Poder-se-ia convidar, igualmente, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, desde que essa iniciativa também caberá ao povo, que, provavelmente, terá orientação jurídica para o exercício desse novo direito.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista a promulgação da nova Constituição do Estado, REQUER a Vossa Excelência e demais componentes da douta Comissão Executiva desta Casa, seja constituída uma Comissão composta por Deputados de todos os Partidos, para elaborar seu Regimento Interno, com prazo para o término dos trabalhos, a fim de que não se repita no Paraná o que está ocorrendo na Câmara Federal, que teve seus trabalhos prejudicados pela falta de um Regimento adaptado à nova Carta.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 35, do Regimento Interno, após ouvido o plenário, respeitosamente REQUER a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação dos Projetos de Lei n°s 266/89 (Mensagem n° 73/89) e 267/89 (Mensagem n° 75/89), de autoria do Poder Executivo, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Outrossim, REQUER, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do dispositivo regimental supracitado, que a mesma venha a ocorrer por ocasião da votação da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2144

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretários da Administração, Planejamento e Fazenda, solicitando a elaboração de anteprojeto de lei para atualização do processo de licitação, para os fins previstos no inciso XX, do artigo 27, da nova Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretário da Administração e Comandante da Polícia Militar do Estado, sugerindo-lhes sejam iniciados os estudos para a regulamentação do artigo 45 da Constituição do Estado promulgada em 05 de outubro de 1989, que trata dos servidores públicos militares, bem como do Capítulo que trata da segurança pública.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER a V.Exa., que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos familiares do ex-Deputado EDMAR LUIZ COSTA, transmitindo o "Voto de Pesar" desta Casa, pelo falecimento do ex-Deputado, de tão largos e relevantes serviços empreendidos.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Em raras oportunidades, o Poder Legislativo de todas as esferas, em todos os quadrantes da Pátria, teve o ensejo de contar com um membro que soubesse tão bem aliar o decoro, a ética e a proficiência legislante.

Nas suas atitudes e no comportamento EDMAR LUIZ COSTA, é um exemplo a ser seguido por todas as gerações de Parlamentares que, ao ascenderem as nossas Casas Legislativas, fazem-no para consecução dos ideais dos seus representados.

Os seus exemplos estarão registrados, de forma indelével, tanto nos Anais desta Casa, que teve a honra de tê-lo entre os seus Pares, como na consciência daquele que, incluídos da plena e efetiva responsabilidade que contraíram, buscam a realização de, desprendidamente, servirem à conquista dos lídimos anseios populares.

É da filosofia da vida, ensina Marie Nôel ao partirmos, todo o bem e o belo que construímos permanecerão, para existir por nós.

Como partiu, EDMAR também estará sempre, entre nós.

REQUERIMENTO N° 2125

SÚMULA: Requer sejam encaminhados expedientes aos Secretários do Planejamento e da Agricultura e Abastecimento, sugerindo-lhes a elaboração de estudo básico para implantação da política agrícola e agrária prevista nos artigos 154 a 160 da nova Constituição Estadual, através de grupo de trabalho por eles constituído.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Secretários do Planejamento e da Agricultura e Abastecimento, sugerindo-lhes a elaboração de estudo básico para implantação da política agrícola e agrária, prevista nos artigos 154 a 160 da nova Constituição Estadual, através de grupo de trabalho que poderá ser constituído por determinação dos titulares daquelas Pastas.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, solicitando que o anteprojeto de Lei Orçamentária para o exercício de 1.990 já inclua, na medida do possível, dotações para pagamento da dívida do I.P.E., além daquelas previstas no artigos 181, que assegura destinação de recursos necessários à manutenção de pessoal, para as instituições de ensino, em montante não inferior ao exercício anterior; 205, que prevê a destinação de 2% para o fomento da pesquisa científica e tecnológica; 213, que destina recursos à implantação da política habitacional do Estado; 219, para dar estrutura ao Conselho Estadual da Condição Feminina; 231, para implantação de Bibliotecas Públicas; 232, para implantação do serviço odontológico nos Municípios; 244, para atendimento às Casa de Estudantes; 252, para a Casa do Expedicionário; 13 do Ato das Disposições Transitórias, para compensar a perda de receita dos Municípios, em razão das atribuições e funções decorrentes do planejamento estadual; e muitos outros dispositivos da nova Constituição Estadual, sem o que será impossível dar-se atendimento à Carta promulgada no dia 05 de outubro do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2127

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário Extraordinário para Assuntos da Política Habitacional, sugerindo-lhes que seja elaborado plano de lei para a regulamentação dos artigos 212 e 213 da nova Constituição Estadual, que dispõe sobre as atividades daquela Pasta.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social, sugerindo-lhe sejam constituídos grupos de trabalho para a elaboração dos planos de leis necessários à adaptação das atividades daquela Pasta à nova Constituição do Estado, dando-se especial atenção para o disposto nos artigos 214 a 225, que tratam da família, da mulher, da criança, do adolescente e do idoso.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2129

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento Industrial e Tecnologia, solicitando o seu desempenho na elaboração da legislação necessária para regulamentar o disposto nos artigos 204 e 205 da nova Constituição Estadual, que dizem respeito às atividades daquela Pasta.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, sugerindo-lhe seja constituído grupo de trabalho para tratar da elaboração de planos de leis dispendo sobre a política urbana e do meio ambiente, na forma dos artigos 150 a 207, respectivamente, da nova Constituição Estadual.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugerindo-lhe sejam iniciados os trabalhos necessários para que se defina, em lei complementar, a cooperação entre o Estado, a União e os Municípios, visando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, na forma do artigo 12 e seu parágrafo único, da Constituição

Estadual.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Administração, sugerindo-lhe seja procedido um levantamento de imóveis que necessitem ter a sua situação regularizada, na forma do artigo 10 da nova Constituição do Estado, bem como apresente sugestões para a regulamentação daquele dispositivo.

Sala das Sessões, 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado e Procurador Geral da Justiça, sugerindo-lhes que designem servidores dos setores financeiros de suas administrações, para, juntamente com o Poder Legislativo, tratarem da elaboração do Orçamento para o exercício de 1990, em mútua colaboração, tendo em vista a necessidade de atendimento aos dispositivos da Constituição do Estado promulgada no dia 05 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e do Planejamento, sugerindo-lhes sejam elaborados os anteprojetos das leis previstas nos artigos 21 e 23 da Constituição Estadual, que trata das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, sugerindo-lhe a criação de grupos de trabalho com a finalidade de tratar da imediata adaptação

das normas vigentes até a promulgação da nova Constituição Estadual, aos preceitos desta, principalmente aqueles contidos nos artigos 27 a 44, que tratam da administração pública.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretários do Planejamento, Administração e Justiça, assim como ao Procurador Geral do Estado, solicitando-lhes a elaboração de Plano de Lei dispondo sobre a Defensoria Pública, na forma dos artigos 127, 128, e outros dispositivos da nova Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, sugerindo-lhe manter contato com os setores financeiros dos demais Poderes e do Ministério Público, objetivando tratar da elaboração das leis orçamentárias mencionadas na nova Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura, sugerindo-lhe que a sua Pasta tome as providências necessárias para a elaboração da legislação prevista nos artigos 192 e 194 da Constituição Estadual, versando sobre o aprimoramento e valorização do trabalhador cultural, bem como sobre a organização do Conselho Estadual da Cultura.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2139

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Fazenda, solicitando a remessa de Mensagem, dispondo sobre a cobrança do

I.P.V.A. para o exercício de 1990, e sugerindo-lhes o recolhimento da Mensagem que resultou no Projeto de Lei n° 50/89, que tem por objetivo vincular o valor do mencionado imposto ao BTN, ainda no corrente exercício, dada a sua inconstitucionalidade.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Estado de São Paulo, conforme notícias publicadas no conceituado jornal cujo recorte anexamos ao presente, datado de ontem, já está providenciando a legislação que tratará da cobrança do I.P.V.A. em 1990.

Aqui no Paraná, desde que foi instituído, o I.P.V.A. tem sido aprovado nos últimos dias do mês de dezembro, sempre em períodos de convocação extraordinária desta Casa. Assim, não raro, a Lei é aprovada com falhas e os reclamos surgem, com razão, por parte dos contribuintes.

Entendemos que o I.P.V.A. é um tributo necessário, mas, o contribuinte deve merecer o maior respeito por parte dos responsáveis pela sua instituição. Pedimos tempo para examinar a matéria, dada a sua importância.

REQUERIMENTO N° 2140

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando o empenho daquela Corte, no sentido de que o anteprojeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado seja encaminhado a esta Casa ainda no corrente exercício, devidamente adaptado à nova Constituição do Estado.

Justifica esta proposição, com a finalidade de que esta Casa preste integral apoio à aprovação daquele plano de lei para que o mesmo possa vigorar no mais curto espaço de tempo.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O artigo 60 da nova Constituição do Estado dispõe que o egrégio Tribunal de Justiça do Estado deve remeter à Assembléia Legislativa o projeto de lei tratando do Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Paralelamente, outros dispositivos da mesma Carta, tais como o artigo 96, determinam as normas básicas para a organização e funcionamento do Poder Judiciário, que deve ser tratada no mesmo plano de lei.

Por outro lado, os artigos 8°, 23 e 29 do Ato das Disposições Transitórias, esta-

belecem normas para a estatização das serventias do foro judicial, para a criação da Justiça de Paz e sobre a competência dos Tribunais.

Várias outras modificações devem ser introduzidas nos atuais dispositivos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, razão pela qual esta Casa deve dar total apoio ao Poder Judiciário, a fim de que o prazo constitucional possa ser cumprido.

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretários da Fazenda e do Planejamento, solicitando-lhes a remessa de anteprojeto de lei complementar dispendo sobre os mecanismos de compensação financeira para os Municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional, de que trata o artigo 26 da nova Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário da Administração, solicitando a tomada providências para a imediata elaboração de anteprojeto de lei dispendo sobre os critérios de admissão de pessoas portadoras de deficiência, para cargos e empregos públicos, para que se possa dar cumprimento ao disposto no artigo 27, VIII, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2145

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretaria da Educação, Secretário do Planejamento e Secretário da Administração, sugerindo-lhes a imediata constituição de grupo de trabalho para tratar da elaboração da legislação mencionada nos artigos 177, V, e VII; 179, VI; 181; 184; 187 e § 1°; e 188 da nova Constituição do Estado, por ser do interesse do ensino.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura, solicitando-lhes seja elaborado anteprojeto de lei tratando do planejamento e execução da política agrícola do Estado, na forma do artigo 154 da nova Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário da Administração e Procurador Geral do Estado, solicitando-lhes seja tratada com brevidade a elaboração de anteprojeto de legislação complementar necessária à adaptação da Procuradoria Geral do Estado à nova Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2148

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça, solicitando que a elaboração do Estatuto do Ministério Público seja tratada com brevidade, abordando todos os dispositivos constitucionais que lhe dizem respeito, inclusive o artigo 116 da nova Constituição do Estado, a fim de se evitar a necessidade de se editar mais de uma lei complementar versando sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, sugerindo-lhes seja procedida a regulamentação dos dispositivos da nova Constituição Estadual que tratam da Segurança Pública, bem como de direitos e deveres das Polícias Civil e Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no

exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, a V.Exa. que, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa "voto de congratulações" ao Ilustríssimo Senhor Doutor José Leias Alex Neto, MD. Presidente da Associação Médica do Paraná, pela passagem do DIA DO MÉDICO.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A data de 18 de outubro é consignada em homenagem ao médico. Mais do que uma profissão, a atividade médica é um sacerdócio. O seu desempenho, sem laivos de preceitos, alcança todos os segmentos de nossa sociedade para atuar em todas as frentes, na realização do bem-estar físico, ou no insano combate à fatalidade.

REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governadores do Estado, Secretário da Administração e Superintendente do I.P.E., sugerindo-lhes seja formada uma comissão para elaborar estudos visando a reformulação da legislação previdenciária do Estado, com a finalidade de atualizá-la, na forma das Constituições Federal e Estadual.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a promulgação das novas Constituições Federal e Estadual, a legislação previdenciária ficou completamente desatualizada.

Tanto o valor da contribuição quanto o dos benefícios devem ser objeto de estudos.

O Estado e os contribuintes têm interesse na rápida reformulação da legislação previdenciária.

A designação de um grupo de trabalho para tratar do assunto, a fim de que não seja retardada a remessa de mensagem dispondo sobre a matéria parece-nos necessária.

REQUERIMENTO N° 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se encaminhe ao Senhor Secretário da Administração, expediente solicitando a elaboração de anteprojeto dispondo sobre a regulamentação de contratação de pessoal por tempo determinado, na forma do inciso IX, do artigo 27, da nova Constituição Estadual, e artigo 35, § 1°, da mesma Carta.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2170

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de autorizar a liberação de um veículo camburão e um telefone, que serão destinados ao 2° Pelotão da Polícia Militar do Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato de que com a liberação ora requerida, viria auxiliar na melhor segurança do Município de Iporã por se tratar o mesmo de Município fronteiro, sanando assim acontecimentos trágicos ocorridos frequentemente naquela região.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 060/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2° - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3° - O limite máximo de remuneração dos funcionários fica fixado a partir do mês de novembro, em NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), de vencimento, e NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 4° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 5° - Fica a Comissão Executiva autorizada a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente resolução.

Art. 6° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em con-

Sala das Sessões, em 18.10.89.

ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Primeiro Secretário

WERNER WANDERER

Segundo Secretário

(a) Comissão Executiva

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 278/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É concedido o Título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" ao Senhor Carlos Hugo Wolf Von Graffen.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) JOSE FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Conforme demonstra o "curriculum vitae", em anexo, Carlos Hugo Wolf Von Graffen, tem pautado sua vida de homem público e cidadão, por realizações sempre voltadas para o bem comum. E o pioneirismo tem sido característica, constante e marcante, nestas realizações.

Municipalista por excelência, foi o primeiro Prefeito do Município de Telêmaco Borba e, presentemente cumpre mais um mandato frente a sua Prefeitura. Para o desmembramento deste, do Município de Tibagi, sua atuação foi decisiva.

Realizações, cargos exercidos com brilhantismo e dignidade, prestação de serviços à comunidade paranaense, habilitam e fazem este cidadão merecedor da homenagem dos paranaenses, através da concessão pública do título de "CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ".

PROJETO DE LEI N° 279/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A remuneração mensal, a qualquer título, do Deputado Estadual, para os efeitos dos artigos 54, VII da Constituição Estadual Paranaense, fica fixada em NCz\$ 13.360,65 (treze mil, trezentos e sessenta cruzados novos e sessenta e cinco centavos).

Art. 2° - O valor fixado no artigo anterior fica adotado como limite máximo da remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo do Estado do Paraná, conforme prevê o artigo 37, XI da Constituição Federal.

§ 1° - Nos casos de acumulação legalmente permitida, o limite máximo será observado em relação a cada cargo, emprego, função, posto ou graduação.

§ 2° - No caso de servidor requisitado ou cedido, a Assembléia Legislativa considerará, para efeito de complementação salarial ou de concessão de quaisquer vantagens, o montante dos valores pagos pelo órgão ou entidade de origem, devendo ser observados os limites estabelecidos por esta lei.

Art. 3° - Para os efeitos desta lei, deduzida a parcela de contribuição compulsória para entidades previdenciárias, remuneração é a soma dos valores percebidos, em espécie, a qualquer título, em razão do cargo, emprego, função, posto ou graduação, de caráter efetivo ou transitório e, no caso dos servidores, excluídos;

I - diária;

II - décimo terceiro salário;

III - adicional de férias;

IV - adicional por tempo de serviço até 35%; e

V - indenizações decorrentes de rescisão de contrato de trabalho.

Art. 4° - Os valores que estiverem sendo percebidos em desacordo com esta lei serão imediatamente ajustados aos limites dela decorrentes.

Art. 5° - A relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, é de uma (01) para oito (08) vezes, considerando como máximo o valor fixado no artigo 1° desta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo abrange todos os cargos, inclusive os em comissão de livre nomeação e exoneração e a simbologia "1G".

Art. 6° - Esta lei entra em vigor na data de 1° de outubro de 1989, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de lei é necessária, porquanto regulamenta dispositivos constitucionais, federais e estaduais. Sem uma regulamentação legal não se pode executar os imperativos da Constituição Federal e da Estadual, de importância capital para se resgatar a credibilidade da classe política.

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 274/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Secretário de Estado da Administração fica autorizado a formar uma Comissão, composta por 02 (dois) servidores do Poder Executivo, 02 (dois) servidores do Poder Legislativo e 02 (dois) servidores do Poder Judiciário, indicados pelas chefias desses Poderes, para elaborar

o anteprojeto do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 2º - Poderão ser convidados para participar dos trabalhos, 01 (um) representante das entidades abaixo relacionadas:

- a) A.S.P.P.;
- b) SINDIJUS;
- c) CABENFALE;
- d) ASALEP.

Art. 3º - A Comissão de que trata esta lei, presidida pelo Secretário da Administração, terá prazo de 90 (noventa) dias para concluir seus trabalhos.

Art. 4º - Dentro de 30 (trinta) dias da conclusão do anteprojeto, o Chefe do Poder Executivo deverá encaminhá-lo, através de Mensagem, para apreciação da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de funcionamento da Comissão, os Servidores que a integrarem, inclusive os indicados pelas entidades representativas de classe, serão dispensados de suas ocupações normais, sem prejuízos dos vencimentos, caso estejam em atividade remunerada.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti,
Pirajá Ferreira,
Valderi Mendes Vilela,
Nelson Vasconcellos,
Eduardo Baggio,
Antônio Costenaro Neto,
Nimir Piacentini,
Hermas Brandão,
João Arruda,
Ezequias Losso e
uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Com a promulgação da nova Constituição do Estado, torna-se necessária a adaptação dos Funcionários Públicos às suas normas.

Tratando-se de legislação básica para a administração pública, entendemos que devemos tratar dessa matéria desde logo.

Considerando que a Secretaria da Administração absorveu a antiga Secretaria dos Recursos Humanos, caberá ao seu titular presidir a Comissão encarregada da elaboração dos estudos preliminares que serão encaminhados ao Chefe do Poder Executivo, já na forma de anteprojeto de lei.

Permitindo a participação das principais entidades representativas de classe, pretendendo tratar da matéria mais democraticamente. As entidades enumeradas, através de emendas, poderão ser acrescentadas outras com igual representatividade.

O presente projeto tem por objetivo acelerar a edição das novas normas que de-

verão reger os direitos e deveres de todos os servidores públicos do Estado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 275/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Município é a unidade do território do Estado, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado, regendo-se por lei orgânica própria.

Art. 2º - O procedimento de criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, 100 (cem) eleitores e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

Parágrafo Único - O Projeto de que trata este artigo deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, previstas e contínuas, as quais, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos permanentes e facilmente identificáveis.

Art. 3º - A sede do Município dar-lhe-á o nome e terá a categoria de cidade; o Distrito será designado pelo nome da respectiva sede e terá a categoria de vila.

Art. 4º - A transferência da sede de Município, atendidos os requisitos da legislação federal, dependerá de lei municipal e homologação pela Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 5º - A criação de Município poderá ocorrer mediante:

I - desmembramento do território de um Município;

II - fusão de parte de áreas de dois ou mais Municípios;

III - fusão da área integral de dois ou mais Municípios, com a extinção destes.

Art. 6º - São requisitos para que um território se constitua em Município, além dos fixados na legislação federal, os seguintes:

I - Ser Distrito há mais de 4 (quatro) anos;

II - Apresentar distâncias não inferior a 10 (dez) quilômetros, no mínimo, entre o seu perímetro urbano e o da sede do Município de origem;

III - ter continuidade territorial e não interromper a de outro Município.

Art. 7º - A lei de criação de Município mencionará:

I - o nome;

II - as divisas;

III - os Distritos, com as respectivas divisas;

IV - o ano de instalação;

V - a proporção do índice percentual de arrecadação, a qual será mantida até

que se possa determinar as rendas próprias do novo Município.

Art. 7º - Na toponímia de Municípios e Distritos é vedada a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras já existentes, bem como a designação de datas, nomes de pessoas vivas e o emprego de denominação com mais de três palavras, excluídas as partículas gramaticais.

Parágrafo Único - A mudança de nome de Município ou de Distrito será feita por lei municipal, obedecidos os requisitos da legislação federal, e homologação pela Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 8º - Nenhum Município será criado sem que seja comprovada a sua capacidade de subsistência, bem como a de sua origem.

Art. 9º - A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios dependerá, sempre, de consulta plebiscitária, procedida no ano anterior às eleições municipais, à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada.

Art. 10 - A instalação do Município far-se-á por ocasião da posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, que deverá coincidir com a dos demais eleitos para os mesmos cargos, no Estado.

Art. 11 - A aprovação do eleitorado, prevista no artigo 9º desta lei, dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta desse eleitorado.

Parágrafo Único - Se o comparecimento do eleitorado for insuficiente ou o resultado do plebiscito desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma sessão legislativa.

Ar. 12 - O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado disciplinará a forma de tramitação das proposições de que trata esta lei.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O artigo 19 da Constituição Estadual determina que lei complementar estadual deverá dispor sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Tomando por base a nova Carta e a legislação existente, elaboramos o presente plano de lei, o qual poderá ser aperfeiçoado durante a sua tramitação, para darmos cumprimento àquele dispositivo constitucional.

Tendo em vista que cerca de 150 (cento e cinquenta) dispositivos devem ser regulamentados através de leis complementares ou Ordinárias, acreditamos que essa colaboração será acatada.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 276/89

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os servidores públicos do Estado terão direito à percepção de uma gratificação adicional, por tempo de serviço prestados ao Estado do Paraná, no percentual de 5% (cinco por cento) por quinquênio, até o máximo de 07 (sete).

Parágrafo Único - Após 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, ser-lhe-á assegurada a incorporação da quinta parte sobre o vencimento básico do cargo, para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.10.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O artigo 34, XVII, da nova Constituição do Estado dispõe que os servidores públicos terão direito a adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer.

Até a data da promulgação da Carta estadual, adotou-se o critério de concessão de 05 adicionais de 5% por quinquênio e outros 05 adicionais por anuênio, os quais eram incorporados aos vencimentos para todos os efeitos legais.

Em razão disso, as mulheres e os servidores que se aposentavam com menos de trinta anos de serviço, jamais chegavam a perceber os adicionais por anuênios.

A nova fórmula proposta através desta lei estabelece a incorporação de uma remuneração equivalente a 04 (quatro) anuênios, aos vinte e cinco anos de serviço, possibilitando tratamento isonômico a todos os servidores.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti,
Valderi Mendes Vilela,
Namir Piacentini,
Eduardo Baggio,
Antônio Costenaro Neto,
Hermas Brandão,
Ezequias Losso,
João Arruda,
José Rogério Carvalho,
Pirajá Ferreira.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 277/89

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado ao servidor inativo, o direito de receber, no último mês de cada exercício, uma bonificação equivalente à remuneração paga a mais, na forma do artigo 34, X, da Constituição Es-

ta dual, aos servidores da mesma categoria, em atividade.

Art. 2º - A referida bonificação será para a título de revisão de proventos prevista no artigo 34, § 3º da Constituição do Estado, e expressa no mesmo percentual concedido a título de acréscimo de remuneração mensal aos servidores em atividade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O artigo 34, X, da Constituição Estadual prevê o pagamento do acréscimo de pelo menos 1/3 (um terço) da remuneração normal do servidor em atividade, por ocasião do gozo de férias.

Como se depreende do enunciado daquele dispositivo, o mesmo é capcioso, tendo o nítido objetivo de burlar o disposto no mesmo artigo 34, § 3º, que determina sejam revistos, na mesma proporção e na mesma data, SEMPRE QUE SE MODIFICAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE, dos proventos dos inativos. Ora, como o inativo não pode entrar em férias, a remuneração (esse foi o termo usado pelo Legislador) paga a mais ao servidor em atividade não seria paga ao inativo. Esclarecemos que o texto foi inserido na Constituição Federal e não coube ao Constituinte Estadual essa intenção, que deve ser corrigida, na forma desta lei.

Sala das Sessões, em 18.10.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti,
Nimir Piacentini,
Valderi Mendes Vilela,
Antônio Costenaro Neto,
Eduardo Baggio,
Nelson Vasconcellos,
Ezequias Losso,
Pirajá Ferreira, João Arruda,
José Rogério Carvalho e
uma ilegível.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Djalma de Almeida César) Prossegue a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vinte e três Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente não há oradores inscritos. No Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes a esta Sessão Legislativa desta quarta-feira.

Nos últimos dias estivemos ausentes deste plenário acompanhando de perto as lutas mais importantes que os trabalhadores do Paraná estão desenvolvendo.

Estivemos acompanhando com sucesso, integrando uma Comissão Representativa Oficial do Poder Legislativo, procurando buscar uma saída ao impasse criado com as últimas ocupações dos trabalhadores sem terras a um certo número de latifúndios improdutivos no Estado do Paraná e que, por ação dos seus pretensos proprietários, liminares foram concedidas e liberado o uso da força policial para dar tratamento policial àqueles que não são casos de polícia são, resultantes de uma injustiça social que terão que buscar uma solução política e não uma solução policial. Porque reivindicar o direito de trabalhar, o direito de produzir com força própria não é nenhum crime: é um direito de todos e uma obrigação do Estado.

E digo a este Parlamento que esta Comissão Parlamentar, designada por Sua Excelência o Presidente deste Poder, agiu com sucesso pois, até hoje nós não tivemos nenhum morto, nenhum ferido e está se buscando, a passos largos, uma saída, através do diálogo, através da negociação, possível para resolver o impasse.

Outro motivo da nossa ausência neste Plenário, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a mais importante luta que está se travando em todo o País para a classe trabalhadora brasileira. Depois, de vinte e nove anos de luta o povo brasileiro recuperou um terreno perdido pelo Golpe Militar de 64, que é o direito de todos os cidadãos escolherem pelo voto direto, através de sua livre manifestação de intenção, governante máximo deste País.

A frustração dos governos militares, a enganação da Aliança Democrática, que denunciávamos na época, há cinco anos atrás, quando o povo brasileiro, estava nas ruas a busca do direito de escolher o seu governante máximo, foi traído por uma aliança de cúpula, por uma aliança interesseira, que prometia que a Constituinte ia resolver o problema institucional do País, que prometia suspender o pagamento da dívida externa, que prometia um Plano Nacional de Reforma Agrária, que prometia o pacto social - um entendimento entre os trabalhadores e os patrões - e que prometia também um congelamento de preços, para buscar a saída da grande crise política e da grande crise econômica que se verificava no Governo Figueiredo, o último dos militares. Pura mentira! Pura enganação! Vejam o que é que deu a Constituinte, vejam

o que é que deu Plano Nacional de Reforma Agrária, vejam o que é que deu o congelamento de preços, vejam a balela da suspensão da dívida e o pacto social!

Portanto, na reta final da Constituinte, não havia outra alternativa a não ser devolver para o povo brasileiro o direito de escolher o futuro governante porque, aí sim, nós teríamos um governante à altura das necessidades brasileiras, com respaldo popular, com reforço político para modificar os abusos institucionalizados implantados pelos governos militares e, depois, pelo governo da Aliança Democrática.

Hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no decorrer desse debate político dos vinte e dois candidatos, das vinte duas propostas que se apresentam, quero deixar registrado neste Parlamento que a classe trabalhadora, que o Partido dos Trabalhadores e que a Frente Brasil Popular, a cada dia que passa, está demonstrando, para toda a Nação, que a única força capaz de mudar, efetivamente, os rumos deste País é a classe trabalhadora, as forças progressistas, as forças democráticas pois irão compor um governo democrático e popular neste País.

Está claro, está ficando cada vez mais claro para todos os brasileiros que os candidatos da direita, os candidatos filhos da ditadura não têm nada a oferecer para mudar este País. Eles são capazes e são competentes para continuar acelerando a escravidão, a miséria, o desemprego, o arrocho salarial. Para isto eles estão demonstrando que têm muita capacidade. Os candidatos progressistas são poucos, mas os que aí estão demonstram pois estão apresentando uma proposta com respaldo popular capaz de efetivamente democratizar as decisões deste País. A Frente Brasil Popular, o seu candidato, Luiz Inácio da Silva, com muita satisfação, a Nação inteira não o desconhece mais como alguém que ameaça o poder da classe dominante, porque desde o surgimento do Partido dos Trabalhadores, desde o surgimento da Frente Brasil Popular, desde o surgimento dos 13 pontos que compõem uma síntese do programa de governo dessa Frente, cada dia que passa estão demonstrando que este país tem solução e que a solução está na mão da maioria do povo brasileiro que são os trabalhadores. A candidatura Luiz Inácio Lula da Silva estão tendo, está acumulando crédito junto à população brasileira, por que? Porque ao seu passado, como sindicalista, como perseguido, como processado, como torturado, o seu passado como Deputado Federal, o mais votado do Brasil, o seu passado como Constituinte combativo que não traiu os trabalhadores, está avalizando o passaporte para chegar ao Palácio do Planalto. Seu programa de governo composto

dos treze pontos, sem sombra de dúvida está sendo melhor possível, exequível para este momento no exercício de cinco anos do Poder Executivo Brasileiro. A mesma coisa dá para dizer dos demais candidatos. O passado deles, alguns com altos e baixos, outros somente com baixos. Portanto a sociedade brasileira quando ela tem o poder para si sabe pensar, ela sabe discernir, ela sabe refletir e ela sabe decidir. Basta dar-lhe a oportunidade.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero neste momento congratular, em nome do Partido dos Trabalhadores, a importância que nós estamos vivendo na Nação brasileira e que eu não tenho a menor dúvida que nesses 25 dias que restam os trabalhadores brasileiros serão suficientemente inteligentes e capazes de levar o seu candidato, o candidato mais confiável, a proposta mais séria, a proposta mais realista, a aglomeração de forças políticas capaz de mudar a vida deste País, eu não tenho dúvida que essas forças, a consciência dos brasileiros levará Lula à vitória no primeiro tempo dessa disputa. E se nós ganharmos o primeiro tempo não tenho dúvida que fica mais fácil para ganhar o segundo tempo dessa batalha da história.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outra preocupação que trago à tribuna nesse momento, é motivo que dei entrada hoje, nesse Poder, a um Projeto de Lei que visa fazer justiça com relação ao serviço público no Estado do Paraná. Dei entrada a um projeto que visa cumprir a nova Constituição Federal e adequar o Poder Legislativo, que sou integrante, ao que está disposto na Constituição Federal da República do Brasil.

Diz a Constituição: "que o teto máximo dos salários dos três Poderes é o vencimento dos Secretários de Estado". Na semana retrasada Sua Excelência do Estado encaminhou a esse Poder, Mensagem, estabelecendo o redutor, adaptando à política salarial do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário aos patamares da nova Constituição. Esse Poder entendeu que deveria acatar simplesmente para o Poder Executivo porque era de sua alçada, de sua competência. Se o Poder Legislativo, o Poder Judiciário têm poder autônomo a iniciativa na matéria ora em discussão. É por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aquilo que nós não conseguimos no processo constituinte que foi de estabelecer um teto para os integrantes do Poder Legislativo, agora, por uma questão de justiça, eu estou propondo através de projeto de lei, que eu espero a análise carinhosa das Comissões desta Casa e a aprovação deste plenário, estou propondo que o redutor que se aplica ao poder Executivo deve ser aplicado ao Poder Legislativo, porque é um

princípio constitucional que nós não podemos penalizar o Poder Executivo em detrimento do Poder que nós integramos.

Como disse muito bem o Presidente desse Poder, de que o Poder Legislativo tem, privativamente a iniciativa de propor, eu, como integrante desse Poder estou propondo: de que ora em diante, todos os integrantes, deputados e funcionários deste Poder, tenham um teto máximo de vencimentos dos cofres públicos que é o limite dos Secretários de Estado: 35 salários mínimos mensais.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito encarecidamente aos integrantes das Comissões para que respeitemos a nova Constituição e façamos equiparação, tratamento igual para os integrantes dos 3 Poderes: E falando em constitucionalidade, quero aqui, chamar a atenção deste Poder Legislativo de todos os paranaenses, para os evidentes desrespeitos que se sucedem com relação à nova Constituição Federal e com relação à nova Constituição do Estado do Paraná. Sua Excelência o Governador do Estado volta com sua campanha publicitária, personalista, fazendo propaganda do governante e usando o símbolo do governante. Isso é proibido pela nova Constituição! E este Poder deveria chamar a atenção de Sua Excelência o Governador do Estado porque nós não podemos mais admitir, neste tempo novo, que se faça uma Constituição e aquilo que lhe convém se aplica a aquilo que não convém se feche o olho.

A propaganda personalista e os símbolos personalista de Governo estão aí todo o dia e toda a hora em todo o lugar. Este é um desrespeito com a nova Lei, é um desrespeito com as normas legais vigentes e, por isto, temos que nos indignar, temos que nos revoltar e este Poder tem que pedir providências urgentes para cumprimento da nova Carta Constitucional!

Da mesma forma quero chamar a atenção da Mesa Executiva deste Poder Legislativo que também neste semana desrespeitou a nova Constituição do Estado do Paraná que promulgamos, com muito orgulho, na semana passada. Nesta semana os Parlamentares do Paraná, integrantes do Poder Legislativo receberam os seus vencimentos acrescidos em 40%. Isto é um desrespeito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à Constituição que promulgamos na semana passada. Na Constituição que promulgamos, no artigo 44, inciso VII, está expressamente dito que os Parlamentares Estaduais perceberão vencimentos reajustados de acordo com os reajustes do funcionalismo público estadual e depois da promulgação da Constituição Estadual os funcionários públicos do Paraná não receberam nenhum aumento. No entanto, nós nossos contracheques a prova do desrespeito com a nova Carta do Estado, onde

estão aplicados 40% de acréscimo nos vencimentos dos Deputados.

Para que ficarmos um ano aqui fazendo Constituição? Para que o debate político? Para que a discussão e votação, se uma semana após a promulgação se descumpra aquilo que diz respeito a nós, Parlamentares? O que farão os outros? O que fará o Poder Judiciário? O que fará o Poder Executivo? Se nós, os autores da Nova Carta, a desrespeitamos na primeira semana de vigência?

Por isto estou chamando a atenção para que o que está contido na nova Constituição seja respeitado. Se houver algo na Constituição que não esteja correto, temos que tomar a iniciativa e alterar. Mas enquanto ela não for alterada, justa ou não, terá que ser aplicada. Porque se não, a sociedade paranaense nos julgará e ela dirá que perdemos um ano discutindo uma Constituição que não tem valor, porque ela se tornará desmoralizada.

Quero neste momento chamar a atenção porque nós, o Poder Legislativo, o Poder que tem que fiscalizar os outros Poderes não podemos de maneira alguma, ser o infrator, o exemplo do desrespeito, porque aí os demais farão em dobro aquilo que estamos fazendo já na primeira semana de vigência da nova Constituição.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passa-se ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDS.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PTN.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PRP.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

Com a presença de trinta e três (33) Senhores Deputados, passa-se à

ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente, subscrito pelo Senhor Deputado Acir Mezzadri, na qualidade de Vice-Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado Luciano Pizzatto, que irá compor no cargo de titular e membro das Comissões. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 41/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 266/89, 267/89 e Resolução n° 59/89. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Pirajá Ferreira, acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 41/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Formosa do Oeste, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Iracema do Oeste.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 266/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 73/89), que objetiva transformar o cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo de Simbologia DAS-4 e alterar dispositivos da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, e adota outras providências.

PROJETO DE LEI N° 266/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O cargo em comissão de Diretor da Coordenação da Receita do Estado, "CRE", Categoria "A", fica transformado em cargo de simbologia DAS-4, com a mesma denominação.

§ 1º - Permanece inalterada a Tabela de Escalonamento Vertical a que se refere o artigo 8º da Lei n° 8.069, de 28 de dezembro de 1984.

§ 2º - A nomeação para provimento do cargo referido no "caput" deste artigo deverá recair sobre funcionário do Grupo TAF, da série de classes de AF-1, de que trata a Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, em efetivo exercício.

Art. 2º - O vencimento do cargo de Agente Fiscal 1, Classe "C", referência IV, a que se refere o parágrafo único do artigo 126, da Lei 7.051, de 04 de dezembro de 1978, é fixado em 65% (sessenta e cinco por cento), do vencimento do cargo de Diretor da CRE.

Art. 3º - O vencimento do cargo de Agente Fiscal 4, classe "D", a que se refere a Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, é fixado em 30% (trinta por cento), do vencimento do cargo de Diretor da CRE.

Art. 4º - O artigo 95 da lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 95 - O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor correspondente ao de 270 (duzentos e setenta) quotas."

Art. 5º - O cálculo de quotas de produtividade a que se refere o art. 100 da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, obedecerá o critério fixado no art. 76 da referida Lei, com a redação que lhe foi dada pelo art. 3º da Lei n. 8.993, de 02 de junho de 1989.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.89.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

Art. 1º - A transformação do cargo de Diretor da Coordenação da Receita do Estado em cargo da simbologia DAS visa adequá-lo à simbologia utilizada pelos demais cargos de Direção do Poder Executivo.

O Parágrafo Único deste artigo torna o provimento do cargo em questão privativo aos integrantes da carreira de Agente Fiscal, o que já ocorre com os demais cargos em comissão da estrutura da CRE, o que inclusive é recomendado no inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

Arts. 2º e 3º - Estes artigos vinculam, a exemplo do que já ocorre com os cargos em comissão, os cargos de carreira ao cargo de Diretor do Órgão, dando portanto, uniformidade de tratamento aos cargos efetivos e comissionados.

Art. 4º - O dispositivo altera o limite da remuneração variável dentro de cujos parâmetros o Executivo, segundo autorização já prevista em lei própria, fixa o mecanismo de estímulo ao incremento da arrecadação. Tal alteração resulta de acordo negociado pela categoria com o Governo.

Art. 5º - Este artigo corrige equívoco cometido pela Lei 8.993, de 02 de junho de 1989 que ao alterar critérios de cálculo das quotas de produtividade na aposentadoria deixou de estender o mesmo critério aos aposentados por invalidez.

Com a palavra o Deputado Pirajá Ferreira, designado Relator para dar o seu parecer.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Lê)

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 266/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 266/89, oriundo de Mensagem Governamental n. 73/89, visa a transformação de cargo da Secretaria de Estado da Fazenda, bem como a adoção de outras providências pertinentes aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

A medida visa a correção salarial e outras distorções quanto à tabela de vencimentos na carreira fiscal, o que efetivamente tem ocasionado desestímulo aos respectivos funcionários no exercício de seu cargo, o que, acaba por refletir na arrecadação de tributos, e conseqüentemente atingindo de forma direta e prejudicial a receita do Estado.

A iniciativa encontra total amparo Constitucional, encontrando-se em perfeita consonância com os arts, 87, III, XVI da Magna Carta Estadual.

Efetivamente, compete ao Poder Executivo, a iniciativa de tal medida, inexistindo, portanto, óbice legal que prejudi-

que a tramitação do Projeto nessa Casa, pelo que somos de parecer FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o parecer ao projeto.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 267/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 75/89), que objetiva reajustar, a partir de 1º de novembro de 1989, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 267/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento), na Administração Direta e Autárquica:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 3º - Fica reajustada em 85% (oitenta e cinco por cento) a remuneração dos cargos diretivos das Fundações.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que tratam o artigo 10 da Lei n. 7.099, de 08 de janeiro de 1979, artigo 1º da Lei n. 7.507, de 15 de outubro de 1981 e artigo 10 da Lei n. 7.877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em NCz\$ 9.70 (nove cruzados novos e setenta centavos), devendo os cálculos complementares obedecerem aos princípios estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 2º da Lei n. 8.934, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 5º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada, a partir do mês de novembro, em NCz\$

8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), de vencimentos, e NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos) pelo exercício de encargos especiais.

Art. 6º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos) e o valor das pensões especiais para NCz\$ 135,80 (cento e trinta e cinco cruzados novos e oitenta centavos).

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.89.

(a) PODER EXECUTIVO

Relator designado, Valderi Mendes Vilela. Com a palavra Sua Excelência.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 267/88

PARECER:

A Propositura ora em exame objetiva reajustar, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado.

Constata-se que a matéria ora trazida para análise e parecer desta Casa é semelhante ao contido na Mensagem Governamental nº 65/89, transformada em Projeto de Lei nº 251/89, sobre o qual houve pronunciamento do Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente deste Poder o qual foi devidamente acatado por este Plenário.

Nestas condições somos de parecer favorável pela Aprovação na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 17.10.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 267/89
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e função gratificadas do Poder Executivo e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título

de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2º - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento), na Administração Direta e Autárquica:

I - os valores da Gratificação de Produtividade;

II - os valores de Gratificação de Representação de Gabinete;

III - os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho- CLT.

Art. 3º - Fica reajustada em 85% (oitenta e cinco por cento) a remuneração dos cargos diretivos das Fundações.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Regência de Classe, de que tratam o artigo 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, artigo 1º da Lei nº 7.507, de 15 de outubro de 1981 e artigo 10 da Lei nº 7.877, de 04 de julho de 1984, fica fixado em NCz\$ 9,70 (nove cruzados novos e setenta centavos), devendo os cálculos complementares obedecerem aos princípios estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 2º da Lei nº 8.934, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 5º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada, a partir do mês de novembro, em NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), de vencimentos, e NCz\$ 8.093,75 (oito mil e noventa e três cruzados novos e setenta e cinco centavos), pelo exercício de encargos especiais.

Art. 6º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos) e o valor das pensões especiais para NCz\$ 135,80 (cento e trinta e cinco cruzados novos e oitenta centavos).

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, baixar as tabelas de vencimentos decorrentes da aplicação da presente lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18.10.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

A presente Mensagem Governamental visa estabelecer um redutor aos vencimentos e salários do funcionalismo dos três Poderes do Estado, inclusive dos servidores inativos, contendo norma extensiva aos membros do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, a pretexto de dar execução ao disposto pelo art. 17 do Ato Disposições Constitucionais Transi-

tórias, da Carta Federal, cuja redação é a seguinte:

Art. 17 - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

A Constituição Federal estabelece dois critérios para a limitação de vencimentos: 1º) quanto ao funcionalismo em sentido estrito, fixa um limite horizontal no inciso XII do seu art. 37, a saber, "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo"; 2º) já quanto aos membros do Legislativo, Executivo e Judiciário, estabelece um limite vertical no inciso XI, do mesmo art. 37, **in verbis**:

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

Assim, um Deputado Estadual não poderá ganhar mais do que um Congressista, um Desembargador mais do que um Ministro do Supremo Tribunal Federal, um Secretário de Estado mais do que um Ministro de Estado, e ainda, seguindo-se o espírito da norma, um Promotor não poderá perceber mais do que um Procurador da República, nem um Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado mais do que um Ministro do Tribunal de Contas da União, e assim sucessivamente.

Todavia, entre os membros integrantes dos poderes do Estado, que não são funcionários em sentido estrito, a Constituição Federal não estabelece vinculação alguma para efeito de limitação de seus respectivos vencimentos, como quer instituir a Mensagem Governamental nº 65/89.

De outra parte, há que se atentar para o poder de iniciativa das leis, que a Mensagem fere frontalmente, data vênica.

De fato, ao Governador do Estado só cabe a iniciativa de leis que fixem venci-

mentos de servidores do Poder Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, a).

Quanto ao mais, a iniciativa é do Tribunal de Justiça (CF, art. 96, II, b), da Assembléia Legislativa (art. 49, VII, e art. 51, IV), do Ministério Público (art. 127, § 2º), e do Tribunal de Contas (art. 73, caput), o que, a rigor, impediria que a Mensagem em referência fosse conhecida por esta Assembléia, pois a amplitude de seu art. 4º vulnera as normas constitucionais invocadas.

Todavia, sabedor de que a iniciativa do Senhor Governador do Estado foi motivada pelo exclusivo intuito e dar cumprimento à Carta Federal, e em homenagem à harmonia que deve nortear as relações entre os Poderes, determino que a presente Mensagem se processe perante esta Assembléia Legislativa apenas para a pretendida limitação dos vencimentos dos cargos do Poder Executivo.

Determino, outrossim, que para os fins do art. 17, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta Federal, sejam encaminhadas cópias da Mensagem Governamental nº 65/89, e deste despacho, ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado ao Colendo Tribunal de Contas do Estado, à douta Procuradoria Geral da Justiça, bem assim à Mesa desta Assembléia.

Curitiba, 29.09.89.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o parecer do Relator. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 59/89, de autoria da Comissão Executiva, que fixa remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Governador do Estado, no exercício financeiro de 1989, perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - A remuneração do Vice-Governador do Estado é fixada em quatro quintos da do Governador.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.89.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Apoiamento: Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, David Cheriegate, Antônio Annibelli, Hermas Brandão, Nereu Carlos

Massignan, Basílio Zanusso, Cândido Bastos e Artagão Mattos Leão.

JUSTIFICATIVA:

A remuneração do Governador e vice-Governador do Estado deve, nos termos do artigo 54, VII, da Constituição Estadual, ser fixada pela Assembleia Legislativa.

Parece-nos que a remuneração proposta, igual a do Presidente do Tribunal de Justiça, é suficiente e compatível com o cargo de Governador e do Vice-Governador do Estado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 44/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 24/89), que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de terreno que especifica, situadas no Município de Pirai do Sul, conforme transcrições n°s 1.118 e 848, Livro 3-A, do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 76/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DO BRASIL CRISTO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 111/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 50/89), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Engenheiro Beltrão o imóvel urbano constituído pela data n° 16, da quadra n° 22, com área de 480 m., havido pelo Estado conforme matrícula 6.091, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 121/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 52/89), que autoriza o Poder Executivo doar à União, os bens imóveis desapropriados por força do Decreto Estadual n. 10.306, de 05 de março de 1987. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 123/89, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS -

APAE - PDU", com sede e foro na cidade de Paçandu. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 140/89, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina PREFEITO IVO FEITEN a PR-562 que liga os Municípios de São João e Coronel Vivida, via Vista Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 214/89, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que concede pensão mensal à viúva do Vice-Prefeito do Município de Terra Roxa, na gestão 82/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 43/89 (Mensagem n. 51/89 ex-Proposição n° 37/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 46/89 (Mensagem n° 56/89 ex-Proposição n° 47/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio SEPLAN-PR n. 19/88, celebrado em 28.12.88, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnicos e financeiro, para a realização dos projetos que especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 47/89 (Mensagem n° 55/89 ex-Proposição n° 48/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de acordo celebrado em 17.08.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a SUDESUL, com a interveniência das Secretarias do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate à erosão do Estado do Paraná. PRONOROESTE. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 192/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 59/89), que altera dispositivo da Lei n. 5.944, de 21.05.69 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar

do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Artagão Mattos Leão, Sabino Campos e Cândido Bastos e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 03 sessões, (três), do Projeto de Lei n. 192/89. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n.º 192/89 por 03 (três) sessões.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 109/89, de autoria do Deputado João Arruda, que denomina de Deputado Arnaldo Busatto a rodovia PR-281, de Mangueirinha até o entroncamento com a estrada federal BR-163, no Município de Planalto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada "DEPUTADO ARNALDO BUSATTO" a Rodovia PR-281, de Mangueirinha até o seu entroncamento com a estrada federal BR-163, no Município de Planalto.

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.05.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Figura de médico humanitário e político de elevada estirpe, além de servidor público que honrou sobremaneira os cargos e funções exercidas ao longo da sua brilhante carreira pública dedicada aos interesses paranaenses, ARNALDO BUSATTO conquistou, finalmente, o atributo de estadista entre os grandes nomes que o Paraná ofereceu à política brasileira, desde a Província. Como político, instituiu e implementou um dos maiores Colégios Eleitorais que o nosso Estado conheceu, marcando a sua ascendência com a reciprocidade que lhe ofereceu com invejável hegemonia e justo reconhecimento, galgando os Cargos de Deputado Estadual e Deputado Federal, jamais deixando de honrar sua condição de político sudoestino; como servidor público, marcou sua passagem pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, premiando com notável igualdade administrativa, todos os municípios do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 109/89

AUTOR: Deputado JOÃO ARRUDA

Através do presente Projeto de Lei,

pretende o autor que seja denominada de Rodovia Deputado Arnaldo Busatto, o trecho da PR-281 de Mangueirinha até seu entroncamento com a BR-163, no Município de Planalto.

A justificativa apresentada pelo ilustre autor, reaviva a memória de todos os paranaenses, pelos relevantes serviços prestados pelo homenageado no Estado do Paraná, durante sua vida pública.

Assim sendo, não havendo preceito constitucional e legal violado, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 16.05.89

(a) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator

Sobre a mesa, requerimento de n.º 2123, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2122, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2162, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2119, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2164, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2159, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2140, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2139, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2150, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2160, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2158, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2161, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Le-

Requerimento de n° 2153, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzato, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2155, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2125, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2127, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- **Encaminhe-se como sugestão.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2129, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2131, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2134, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2136, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2138, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2142, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2144, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2146, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2148, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2151, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminha-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2156, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Encaminhe-se como sugestão. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2093, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprobado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2133, de autoria do

Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Encaminhe-se como sugestão. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 19, a hora regimental, com a seguinte

98/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Orlando Pessuti.

ORDEN DO DIA:

Parecer Favorável. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI N° 85/88, de autoria do Deputado Antônio de Faria. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável. Aprovado. 04)

2. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 109/89; 266/89 e 267/89 e do Projeto de Resolução n° 59/89.

1. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 281/88; 21/89; 147/89; 146/89; 167/89; 169/89; 172/89; 190/89; 191/89; 208/89, 262/89 e 273/89 e do Projeto de Resolução n° 58/89.

Projeto de Lei N° 384/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

3. SESSÃO LEGISLATIVA - 11. LEGISLATURA

ATA DA 10. REUNIÃO ORDINÁRIA

141/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Deputado Eduardo Baggio. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Secretário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.ª LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, na Sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do Sr.

Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gernote Kirinus, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Valderi Vilela, Antônio Costenaro, Sabino Campos, Antônio Annibelli e mais o Sr. Deputado Nimir Piacentini. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01)

PROJETO DE LEI N° 83/85, de autoria do Deputado Fuad Nacli. Relator Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO.

02) PROJETO DE LEI N° 269/85, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO.

03) PROJETO DE LEI N° 301/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Nereu Massignan. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) PROJETO DE LEI N° 050/89, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 33/89. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer à Emenda: CONTRÁRIO. REJEITADO. 05) PROJETO DE LEI N° 51/89, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 6) PROJETO DE LEI N° 117/89, de autoria do Deputado Valderi Vilela. Relator Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 7) PROJETO DE LEI N° 134/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Valderi Vilela. Parecer CONTRÁRIO. REJEITADO.

8) PROJETO DE LEI N° 152/89, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Homero Oguido. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita Vista. DEFERIDO. 9) PROJETO DE LEI N° 173/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Acir Mezzadri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) PROJETO DE LEI N° 176/89, de autoria do Deputado Werner Wanderer. Relator Deputado Acir Mezzadri. Parecer no sentido de aguardar um ano. DEFERIDO. 11) PROJETO DE LEI N° 180/89, de autoria do Deputado Nimir Piacentini. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 12) PROJETO DE LEI N° 186/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 13) PROJETO DE LEI N° 195/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 14) PROJETO DE LEI N° 196/89, de autoria do Deputado Gernote Kirinus. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) PROJETO DE LEI N° 198/89, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 16) PROJETO DE LEI N° 202/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 17) PROJETO DE LEI N° 206/89, de autoria do Deputado Artagão

Mattos Leão. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) PROJETO DE LEI N° 207/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão. Relator Deputado David Cheriegate. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) PROJETO DE LEI N° 209/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) PROJETO DE LEI N° 209/89, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Relator Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) PROJETO DE LEI N° 212/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 22) PROJETO DE LEI N° 213/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) PROJETO DE LEI N° 214/89, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 24) PROJETO DE LEI N° 216/89, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 25) PROJETO DE LEI N° 221/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 26) PROJETO DE LEI N° 222/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, Relator Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 27) PROJETO DE LEI n. 226/89, de autoria do Tribunal de Justiça, Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 28) PROPOSIÇÃO N° 053/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem N° 061/89, Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 29) PROPOSIÇÃO N° 054/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 62/89, Relator Deputado Sabino Campos, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 30) PROPOSIÇÃO Veto N° 041/89, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/N° 078/89. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO, com voto contrário do Deputado Antônio Annibelli. 31) PROPOSIÇÃO VETO N° 44/89, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/N° 095/89, vetando o Projeto de Lei n° 340/89, de autoria do Deputado Nereu Massignan. Relator Deputado José Afonso. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 32) PROPOSIÇÃO VETO N° 052/89, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/N° 146/89, vetando parcialmente o Projeto de Lei n° 162/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 33) PROPOSIÇÃO N° 055/89, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/N° 141/89, vetando o Projeto de Lei n° 075/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Em tempo: O Senhor Deputado Valderi Vilela

votou contrariamente ao Parecer do Projeto de Lei n° 050/89, que consta no item 05 desta Ata. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
Everlei T. Cleto Chaves - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

11.^a LEGISLATURA

ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, sob a presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, mais a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão abaixo-assinados. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou da palavra o Presidente da Comissão, declarando abertos os trabalhos da reunião, referindo-se ao processo que seria relatado. Trata a matéria da Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, protocolado sob o n° 6926/89, referente ao exercício de 1988, apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado, Proposição n° 50/89. A prestação de contas do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado foi apresentada com as demonstrações contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativa à Administração Direta e Indireta do Estado, atendendo parecer prévio do egrégio Tribunal de Contas do Estado, conforme a Resolução n° 7069/89, do mesmo. Tendo como Relator o Sr. Deputado Pirajá Ferreira, que deu parecer FAVORÁVEL. APROVADO, examinando exaustivamente os elementos que compõem a prestação de contas apresentada, no que foi acompanhada pelos seus Pares presentes. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, Srs. Deputados e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao terceiro dia do mês de outubro de um mil, novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, sob a presidência do Deputado

Cândido Bastos. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 197/86, de autoria do Deputado Jorge Maia Filho e outros. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável. Aprovado. 02) PROJETO DE LEI N° 98/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável. Aprovado. 03) PROJETO DE LEI N° 65/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara. Relator Deputado Orlando Pessuti. Parecer Favorável. Aprovado. 04) PROJETO DE LEI N° 107/87, de autoria dos Deputados José Afonso e Anibal Khury. Relator Nelson Vasconcellos, Parecer Favorável. Aprovado. 05) PROJETO DE LEI N° 32/88, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Nelson Vasconcellos. Parecer Contrário. Rejeitado. 06) PROJETO DE LEI N° 185/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer Favorável. Aprovado. 07) PROJETO DE LEI N° 384/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Eduardo Baggio, Parecer Contrário. Rejeitado. 08) PROJETO DE LEI N° 14/89, de autoria do Deputado Raul Lopes. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer Favorável. Aprovado. 09) PROJETO DE LEI N° 141/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Deputado Eduardo Baggio. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Senhor Presidente e por mim, Sylvana Zeballos, Secretária da Comissão.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
SYLVANA ZEBALLOS
Secretária

Ato da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N° 78/88

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 1871, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar reajustar os proventos de inatividade de JOSÉ ROSA FILHO, matrícula n° 340, aposentado no cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", nos termos do Art. 1°, da Lei n° 8.330, de 03 de julho de 1986, combinado com os Arts. 140, inciso III; 157; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com base no valor correspondente à remuneração da simbologia DAS-4, de Coordenador de Apoio ao Plenário, da Diretoria de Apoio ao Plenário, acrescidos da gratificação de representação, conforme disposto no Decreto n° 1452, de 24 de agosto de 1983; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4° parágrafo único da Resolução n° 2/64; cinco (05) quinquênios e quatro (04) adicionais incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.04.88

(aa) ANTÔNIO MARTINS ANIBELLI - Presidente
ANIBAL KHURY - 1° Secretário
LINDOLFO JÚNIOR - 2° Secretário

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCE DO MÊS DE AGOSTO DE 1989

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10 - Tesouraria 14.902.662,81

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

211.11 - Pessoal Civil 11.692.000,00
 211.12 - Obrig. Patronais 1.041.000,00
 211.13 - Inativos 4.459.000,00
 211.14 - Pensionistas 353.000,00
 211.15 - Salário Família 36.000,00
 211.16 - Out. Transf. Pessoas 2.000,00
17.583.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo 333.833,00
 211.22 - S. T. e Encargos 1.673.126,00
 211.23 - Desp. do Exerc. Ant. 7.470,00
 211.24 - Sub. Sociais 421.200,00
 211.25 - Apoio Financ. Est. -0-
 211.26 - Assist. Méd. Hosp. 31.887,00
2.467.516,00

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações -0-
 211.32 - Equip. Mat. Perm. -0-

CREDORES

212.10 - Desp. Empenhada 876.068,37
 213.10 - Desp. Processada 350.481,02
 213.20 - Folha de Pagamento 32.886,31
 213.30 - Restituições 178,02
1.259.613,72

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes 204,08
 215.11 - Ext. dos Centavos -0-
204,08

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas 16.566,88
 216.20 - Processadas 248,92
 216.30 - Cred. em Consignações 29,69
 216.40 - Proc. Fol. Pagamento -0-
16.845,49

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações 518.492,19
518.492,19

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações 14.347.753,98
 218.11 - Rec. Diversas -0-
14.347.753,98

TOTAL DO ATIVO 36.193.425,46

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX de DEZEMBRO"

em 22 de setembro de 1989.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE